

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma do IR tem 5 versões em 2 meses e forte rejeição..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera R\$ 5,1 bi em restituições..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Caixa distribui lucro do FGTS..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita quer reduzir créditos de PIS e Cofins..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Telemedicina e telessaúde: uma história de sucesso no SUS (Artigo)..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - COVID-19
SERVIDOR PÚBLICO

Suposta interferência de Wizard e Luciano Hang..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ipea prevê inflação mais alta..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira defende teto de gastos e acalma mercado..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco defende a reforma tributária..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indefinição política, fiscal e sanitária mantém cenário instável para Bolsa..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira busca oposição por IR, e estados insistem em reforma mais abrangente..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo já avalia 'plano B' para novo Bolsa Família..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pressionada, reforma do IR passa por "arrumação"..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Debate sobre IVA dual avança entre União e Estados..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira adia em pelo menos mais uma semana votação da reforma do IR..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Com gasolina em alta, ICMS vai baixar	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Teto de gastos terá o maior teste em 2022	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA O fracasso Bolsonaro (Editorial)	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Governo vê situação pior e reforça medidas para garantir energia	31
O ESTADO DE S. PAULO - CAPA ECONOMIA Investimento federal em ciência e tecnologia é o menor em 12 anos	33
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA O perigo do 'modo eleição' (Editorial)	34
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA Investimento do governo federal em ciência voltou ao nível de 2009, diz estudo	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA BC ameniza crítica e fala agora em 'pano de fundo melhor'	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Para economista, crise energética ameaça mais do que variante Delta	39
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Proporção de pobres sobe em 24 Estados e dispara no NE e SE	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Inflação alta já afeta projeção para preços administrados em 2023	41
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Salário tem em julho maior perda real em um ano	42

Reforma do IR tem 5 versões em 2 meses e forte rejeição



Fábio Pupo Thiago Resende

O projeto de lei que altera regras do Imposto de Renda foi apresentado há praticamente dois meses e já teve cinco versões -a original do governo e as outras quatro do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Em busca de acordo, as discussões passaram a envolver outras propostas, o que eleva dúvidas sobre o impacto final da iniciativa para as contas públicas.

O primeiro movimento da série de idas e vindas foi dado em 25 de junho, quando o texto original foi apresentado pelo governo. Uma das principais novidades foi a taxação de dividendos -parte do lucro que pode ser paga por qualquer empresa, de pequenas a grandes (como Vale ou Petrobras).

O projeto que altera o IR tinha inicialmente um impacto praticamente nulo para as contas públicas, mas foi atacado por empresários que enxergaram um aumento da carga tributária para eles. A reclamação é que o retorno sobre os investimentos cairá.

A proposta gerou divergências até mesmo no time do ministro Paulo Guedes (Economia).

Para parte da equipe, o projeto tinha sido capturado pela **Receita Federal** e não poderia ter sido apresentado neste momento mexendo com diferentes interesses às vésperas do calendário eleitoral.

Diante das reclamações, Guedes passou a estudar as primeiras modificações e sinalizou um alívio para as empresas intensificando o corte no IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica).

O ministro chegou a dizer que poderia ser triplicado o corte na alíquota-base de 5 pontos percentuais previstos -na proposta, os atuais 15% cairiam para 10% ao fim de dois anos.

"Reduz cinco. Ainda está pensando? Reduz dez. Ainda está pensando? Reduz 15", disse Guedes em evento em julho.

O ministro e Sabino tiveram reuniões até no fim de semana e formularam um substitutivo, apresentado menos de três semanas depois da proposta original.

O congressista intensificou o corte no IRPJ de 5 para 12,5 pontos percentuais, mas gerou um buraco de R\$ 30 bilhões na arrecadação pública.

A perda seria sentida mesmo se aprovadas todas as medidas compensatórias previstas -fim de supersalários, da isenção de auxílios no funcionalismo e de subsídios a setores específicos.

O prejuízo ficaria nas mãos principalmente de estados e municípios, que recebem parte do IR. Enquanto isso, a União receberia os recursos das medidas compensatórias.

Secretários estaduais chamaram a proposta de "atentado" e Guedes minimizou a possível perda dizendo que "a hora de errar é agora". Ele afirmou que é possível "arriscar" porque a arrecadação está crescendo no país.

Além de economistas, estados e municípios não se convenceram, e o relator apresentou um segundo substitutivo em 3 de agosto.

Sabino estendeu o ciclo de queda no IRPJ de dois para três anos e condicionou os cortes a partir do segundo ano à constatação de crescimento de receitas públicas em cada ano -ou seja, se a arrecadação estivesse crescendo, o corte seria feito.

A solução não agradou estados e municípios e gerou ainda a reação de empresários. Isso porque o texto deixaria a iniciativa privada no escuro, sem saber qual seria a carga tributária nos próximos anos.

Entidades empresariais como CNI (Confederação

Nacional da Indústria), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) chamaram o texto de "inaceitável".

Mesmo com as reclamações, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quis apressar a votação.

O relator chegou a protocolar um terceiro substitutivo no dia 10 de agosto às 23h12 para uma votação no dia seguinte no plenário da Casa. Mas a deliberação ficou para depois após reclamações de pouco tempo para análise.

O novo texto diminuía o corte no IRPJ (para 9,5 pontos percentuais) e inseria um corte de 1,5 ponto percentual na CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), um tributo federal aplicado sobre empresas.

Era mais uma tentativa de agradar estados e municípios amenizando a queda no Imposto de Renda (que é compartilhado com estados e municípios) e criando um corte para as empresas via CSLL (que fica apenas com a União). Mas estados continuaram vendo perdas para eles e os municípios, desta vez de R\$ 14 bilhões.

Enquanto isso, categorias de profissionais liberais - como médicos e advogados- pressionavam e conquistavam benefícios. Empresas do Simples passaram a ter isenção total de dividendos.

Em 12 de agosto, a base do governo tentou votar o projeto na Câmara novamente. No entanto, a deliberação foi postergada mais uma vez.

No mesmo dia à noite, o relator apresentou a quarta proposta de substitutivo ampliando isenções de dividendos para micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem **tributos** pelo chamado lucro presumido (regime simplificado).

Menos de uma semana depois, em 17 de agosto, a terceira tentativa de votação do texto no plenário da Câmara.

Desta vez, Ministério da Economia e Congresso chegaram a um acordo para aumentar os repasses aos municípios por meio de um pacote de três outros textos, o que incluía uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para elevar em R\$ 4,5 bilhões os repasses anuais até 2027.

Mesmo assim, a tentativa fracassou.

Congressistas articularam uma emenda para diminuir a taxa de dividendos e, sob dúvidas acerca da

perda de arrecadação pública, o governo aceitou adiar reforma pela terceira vez.

Conforme mostrou a Folha, em meio às negociações e preocupado sobre o rumo do texto com as novas tratativas, Guedes sinalizou que poderia desistir do projeto. O movimento causou reação de Lira, que tem interesse na aprovação.

Na sexta-feira (20), logo após o fracasso na Câmara, Guedes afirmou publicamente que preferia desistir da **reforma tributária** a piorar o sistema.

Apesar disso, aliados do governo mantêm a previsão de votação do projeto e a equipe econômica espera para ver se há viabilidade de um novo texto.

Enquanto isso, estados também querem uma PEC para obter mais repasses da União e a conta pode passar de R\$ 16 bilhões, embora insistam que o melhor caminho de **reforma tributária** é uma outra proposta, a PEC 110 (que está no Senado e funde **tributos** federais, além do estadual ICMS e do municipal ISS).

25 de junho

Governo entrega ao Congresso proposta de lei que altera Imposto de Renda Texto taxa em 20% os dividendos e reduz alíquota-base do IRPJ em 5 pontos percentuais (de 15% para 10% em dois anos) Texto tem outros itens, como a atualização da tabela da pessoa física Na exposição de motivos que acompanha projeto, governo afirma que proposta vai respaldar o novo programa social do governo. Conforme apurou a Folha, o montante esperado é de R\$ 20 bi

7 de julho

Menos de duas semanas após a apresentação do projeto e sob críticas de empresários, o ministro Paulo Guedes (Economia) falou que o corte na alíquota de IRPJ poderia ser triplicado para 15 pontos percentuais

12 de julho

Sob críticas até na equipe econômica por causa do projeto, **Receita Federal** rebate comentários e diz à Folha que texto passou pelo restante do Ministério da Economia e também foi avaliado pelo Planalto

13 de julho

O relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresenta uma primeira proposta de substitutivo a líderes do Congresso intensificando o corte no IRPJ, de 5 para 12,5 pontos percentuais Texto também retira

regra que taxaria anualmente recursos de brasileiros em paraísos fiscais Como a proposta passa a prever um buraco de R\$ 30 bi na arrecadação, estados e municípios (atingidos pelo corte) passam a reclamar; secretários estaduais de Fazenda chamam proposta de "atentado"

19 de julho

Advogados, médicos, indústria e mercado financeiro intensificam pressão contra a taxaço de dividendos Proposta original só previa isenço para R\$ 20 mil por mês pagos por micro e pequenas empresa, medida seguida pelo relator até aquele momento

22 de julho

Guedes minimiza perda de R\$ 30 bi com **reforma tributária** e diz que "a hora de errar é agora" porque a arrecadação está crescendo. "Será que eu não posso arriscar R\$ 30 bilhões?", disse

27 de julho

Ministério da Economia começa a ver chance de **reforma tributária** travar e discute flexibilização com representantes de mais de 20 entidades Proposta é que todas as empresas optantes do Simples Nacional passem a ter seus dividendos isentos

3 de agosto

Relator apresenta segunda proposta de substitutivo, mantendo o corte de 12,5 pontos percentuais no IRPJ, mas estendendo ciclo de cortes para 3 anos em vez de 2 Cortes no segundo e no terceiro anos estariam condicionados a haver aumento de receitas públicas Medida tenta agradar prefeitos e governadores, que não ficam satisfeitos com solução, e acaba desagradando também empresários -para que texto deixaria dúvidas sobre qual seria a tributação nos próximos anos

4 de agosto

Entidades empresariais como CNI, Fiesp e Abrasca chamam de inaceitável nova versão do texto Estados calculam perda de ao menos R\$ 24 bilhões para eles e municípios com nova versão

11 de agosto

Relator apresenta terceira proposta de substitutivo às 23h12 da noite anterior e proposta ganha previsão de votação no plenário da Câmara Novo texto diminui corte no IRPJ de 12,5 para 9,5 pontos percentuais e insere um corte de 1,5 ponto percentual na CSLL, um tributo federal aplicado às empresas Alteração tem

como objetivo agradar estados e municípios, já que o IR é compartilhado com eles, e a CSLL, não Estados continuam vendo perdas, desta vez de R\$ 14 bi; empresas do Simples ganham isenço total de dividendos Intenço de votação é adiada para o dia seguinte

12 de agosto

Após pressão, votação na Câmara é adiada para a semana seguinte À noite, relator apresenta quarta proposta de substitutivo ampliando isenções para empresas; o texto permite que micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem **tributos** pelo chamado lucro presumido (regime simplificado) possam distribuir dividendos sem serem taxadas

17 de agosto

Sob críticas e dúvidas acerca da perda de arrecadação pública, base do governo aceita adiar reforma pela terceira vez Fracasso é observado mesmo após acordo para mais repasses para municípios

18 de agosto

Após Guedes ensaiar desistir do projeto e gerar reação de Lira e da base aliada, secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, diz que proposta está sendo discutida por vontade do Legislativo e pede cautela com mudanças

20 de agosto

Guedes diz que prefere desistir da **reforma tributária** a piorar o sistema: "Não vamos fazer nenhuma insensatez. Quero deixar muito claro o seguinte. Eu prefiro não ter uma **reforma tributária** do que piorar", afirmou o ministro em audiência no Senado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49648>

Receita libera R\$ 5,1 bi em restituições

BERNARDO LIMA*JOÃO VITOR TAVAREZ*

A **Receita Federal** abriu a consulta para o quarto lote de restituição do Imposto de Renda de 2021. O valor total, de R\$ 5,1 bilhões, será devolvido a mais de 3,8 milhões de contribuintes. Restituições residuais de anos anteriores também serão contempladas.

Em cenário de crise, esta é uma renda mais do que bem-vinda para muitas pessoas. Mas o que fazer com esse dinheiro? O que os especialistas recomendam? O economista e professor da Universidade de Brasília Carlos Alberto Ramos explica que, quem tem dívidas a quitar, deve priorizar o pagamento "Tem que abater as dívidas, não tem muita discussão nisso. Se você fizer uma aplicação sem risco, a taxa de juros vai ser seguramente menor do que a da dívida. Não tem discussão, se você tem dinheiro e dívidas, abata as dívidas".

No caso dos contribuintes sem dívidas, ainda não é tempo de se aventurar com investimentos de alto risco. O momento incerto da economia não dá muita margem para eventuais perdas "Eu colocaria em uma aplicação segura, como a poupança ou o Tesouro Direto. Não recomendaria uma aplicação com riscos, como a Bolsa ou ações de empresas particulares", esclareceu Carlos Alberto.

Para Rogério Olegário, consultor financeiro pessoal da Libratta Planejamento Financeiro, reforça a necessidade de pagar as dívidas. "Não faz sentido guardar dinheiro. O valor da restituição, em geral, não é muito alto. Assim, não é possível fazer muita coisa. É importante pagar as últimas prestações, pois quanto maior o tempo da dívida, maior fica o valor", explicou o especialista. No caso de o contribuinte não ter dívidas, e querer investir, "certamente é porque já tem aplicações anteriores em algum ativo", acrescentou Olegário.

Prioridade

De acordo com as regras da **Receita Federal**, têm prioridade no recebimento da restituição pessoas com mais de 60 anos, sendo assegurada prioridade especial àquelas com mais de 80 anos. Além disso, também têm preferência portadores de deficiência física ou moléstia grave, e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério (professores).

Para saber se estão incluídos nesse lote, e o valor da restituição, os contribuintes podem consultar a página

da **Receita Federal** na Internet (<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/ConsRest>) ou usar o aplicativo "Meu Imposto de Renda".

* Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

Caixa distribui lucro do FGTS



Fernanda Fernandes

A Caixa Econômica Federal iniciou a distribuição dos R\$ 8,1 bilhões do lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas contas dos trabalhadores com saldo em conta em 31 de dezembro de 2020. O valor, correspondente a 96% do lucro total do ano passado (R\$ 8,4 bilhões), deverá ser depositado para cerca de 191,2 milhões de contas aptas ao recebimento, até 31 de agosto.

A Caixa não informou a quantidade de depósitos realizados até o momento, mas há ocorrência de pagamentos tanto em contas inativas quanto em contas ativas (referentes aos vínculos empregatícios atuais). De acordo com a instituição, os pagamentos dos lucros serão realizados, simultaneamente, em ambas as modalidades de contas, e não há priorização entre aquelas com maior ou menor saldo.

Para saber se já recebeu a quantia, o banco orienta o trabalhador a conferir o extrato do Fundo de Garantia por meio do aplicativo para celular do FGTS, pelo site da Caixa ou presencialmente nos balcões de atendimento das agências. Vale destacar que os recursos do lucros do FGTS entram nas regras comuns de saque e utilização, podendo ser retirados no saque-aniversário, em casos de demissão sem justa causa, aposentadoria ou doença grave. Podem, ainda, ser utilizados em programas da Caixa Econômica e para quitação de empréstimos e débitos junto à instituição. O saque imediato não é permitido.

Por lei (Lei 8.036/1990), o fundo tem rendimento de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), atualmente zerada. Um dos objetivos da distribuição de parte dos lucros, anualmente, é melhorar a rentabilidade do FGTS. O rendimento dos lucros, este ano, é de 1,92%. Somado aos 3%, resultou em 4,92%. O valor ficou acima do IPCA de 2020, de 4,52%, e da poupança, com 2,11%.

Quem ainda não recebeu, pode calcular o valor que será creditado na conta do FGTS até o fim do mês por meio de uma fórmula simples: basta multiplicar o saldo da conta no último dia do exercício de 2020 por 0,01863517. Para cada R\$ 100 em saldo nessa data, o trabalhador receberá R\$ 1,86 de lucro, por exemplo.

RESTITUIÇÃO Já a **Receita Federal** abriu ontem a consulta ao quarto lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2021, que também inclui restituições de exercícios anteriores. O crédito será feito em 31 de agosto para mais de 3,8 milhões de contribuintes. Nesse lote, o valor das restituições chega a R\$ 5,1 bilhões. Desse total, R\$ 273,2 milhões serão destinados a contribuintes com prioridade: 8.185 idosos acima de 80 anos, 67.893 entre 60 e 79 anos, 6.088 com alguma deficiência física, mental ou moléstia grave, e 26.647 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. Foram contemplados ainda 3.710.930 contribuintes não prioritários que entregaram a declaração até 16 de agosto.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet. No serviço Portal e-CAC é possível verificar o extrato da declaração e ver se há inconsistências de dados identificadas pelo processamento. Nessa hipótese, o contribuinte pode fazer a autorregularização, mediante entrega de declaração retificadora. A Receita disponibiliza ainda aplicativo para tablets e smartphones, para consulta à declaração e à situação cadastral no CPF. Com ele, é possível verificar diretamente nas bases da **Receita Federal** informações sobre a liberação das restituições.

RESGATE O pagamento da restituição é feito diretamente na conta bancária informada pelo contribuinte na declaração. Se por algum motivo o crédito não for realizado (se, por exemplo, a conta foi desativada), os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão pode reagendar o crédito dos valores, em seu nome, pelo Portal BB, acessando este endereço, ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo de um ano, deve requerê-lo pelo Portal e-CAC, disponível no site da **Receita Federal**,

acessando o menu Declarações e Demonstrativos -
Meu Imposto de Renda e clicando em "Solicitar
restituição não resgatada na rede bancária"

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Receita quer reduzir créditos de PIS e Cofins

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989

Telemedicina e telessaúde: uma história de sucesso no SUS (Artigo)

Ana Estela Haddad, Cirurgiã-dentista e professora associada da Faculdade de Odontologia da USP, é ex-diretora de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (2005-2012; governos Lula e Dilma) José Gomes Temporão, Médico sanitário e pesquisador da Fiocruz, é ex-ministro da Saúde (2007-2010; governo Lula)

Entre os impactos da disrupção digital provocada pela pandemia está a compreensão sobre o potencial da telessaúde. Tramita na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara o projeto de lei da deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP), que regulamenta a telemedicina. Embora a regulamentação temporária da teleconsulta só tenha ocorrido com a promulgação da lei 13.989/2020, a história da telessaúde no SUS iniciou-se em 2007, em sintonia com resolução da Organização Mundial da Saúde.

O primeiro Núcleo de Telessaúde foi inaugurado pelo Ministério da Saúde (MS) na Universidade Estadual do Amazonas, e o primeiro ponto de telessaúde, em Parintins (AM). Os 60 municípios do estado foram gradualmente inseridos na rede de telessaúde. A imagem aérea da região amazônica e sua bacia hidrográfica, os vazios assistenciais e as populações isoladas ilustram o que isso significou.

Inserido na política de educação permanente no SUS, o Programa Telessaúde Brasil teve como objetivo, por meio das teleconsultorias, oferecer às equipes da Estratégia de Saúde da Família a segunda opinião. O modelo foi gradualmente ampliado para todo o país. Desafios com a conectividade, desenvolvimento de plataformas digitais e padrões foram enfrentados. Estudos publicados e o monitoramento do Programa Telessaúde Brasil demonstraram que, a cada duas teleconsultorias oferecidas, evitou-se o encaminhamento de um paciente para outro serviço. Em média, 60% das teleconsultorias levaram à mudança na conduta, resultando em maior resolubilidade e redução de custos.

A incorporação da telessaúde na teletriagem reduziu filas de espera por especialidades. Além de qualificar os atendimentos, tornou-se uma estratégia de fortalecimento da atuação em rede, apoiando a referência e contrarreferência de pacientes e a ampliação do acesso ao atendimento humanizado. A

regulamentação do MS, atualizada em 2011, estabeleceu conceitos e padrões para as teleconsultorias e a articulação com a regulação do SUS, incluindo o cadastro dos Núcleos de Telessaúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O Programa Telessaúde Brasil articulou-se com a Rede Universitária de Telemedicina (Rute/RNP) e foi criada no MS uma unidade orçamentária, estendendo a infraestrutura de banda larga para hospitais de ensino estratégicos na política nacional de saúde. Em 2011, a Organização Panamericana da Saúde reconheceu o sucesso do programa, considerando-o como modelo para outros países na América Latina.

Um novo capítulo se inaugura com a autorização da teleconsulta, uma realidade em diversos países bem antes da pandemia. Coloca-se a necessidade de estabelecer protocolos propedêuticos em diferentes especialidades, o atendimento à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e ao Código de Ética Médica e das demais profissões da saúde. Porém, o atendimento integral, humanizado e resolutivo, é único e pode ser alcançado pelo cuidado híbrido, onde a telessaúde -combinada à consulta presencial e não em oposição a ela- amplia o acesso, apoia a gestão do cuidado e fortalece a rede de atenção à saúde.

[...]

O atendimento integral, humanizado e resolutivo, é único e pode ser alcançado pelo cuidado híbrido, onde a telessaúde -combinada à consulta presencial e não em oposição a ela- amplia o acesso, apoia a gestão do cuidado e fortalece a rede de atenção à saúde

Ana Estela Haddad, Cirurgiã-dentista e professora associada da Faculdade de Odontologia da USP, é ex-diretora de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (2005-2012; governos Lula e Dilma)

José Gomes Temporão, Médico sanitário e pesquisador da Fiocruz, é ex-ministro da Saúde (2007-2010; governo Lula)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49648>

Suposta interferência de Wizard e Luciano Hang

Brasília - O empresário Emanuel Catori, sócio da empresa Belcher, admitiu em seu depoimento à CPI da COVID que participou de encontro virtual com os empresários Luciano Hang e Carlos Wizard. Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, ambos teriam atuado para que houvesse a compra, pelo governo brasileiro, de medicamentos sem eficácia comprovada contra a COVID-19. Catori disse ter sido procurado pelos empresários entre fevereiro e março deste ano para intermediar a compra de doses da vacina CoronaVac, produzida pelo laboratório SinoVac. Segundo ele, o imunizante seria doado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 17 de março, Catori, Hang e Wizard participaram de live sobre o assunto.

Mas o representante da Belcher negou que os empresários tenham participado da negociação do imunizante da farmacêutica CanSino. "Aventou-se a possibilidade de aquisição de 9 milhões de doses prontas da CoronaVac. Essas doses seriam adquiridas e doadas sem fins comerciais. Após a vacinação dos grupos prioritários, 50% iriam para colaboradores das empresas envolvidas na ação. Não há qualquer relação da Convidecia com os empresários. Não houve interferência com a interface institucional realizada pela Belcher junto ao Ministério da Saúde sobre a Convidecia. Também não há relação societária formal ou informal entre os empresários e a Belcher ou qualquer de suas empresas", afirmou.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) disse que não é papel da CPI censurar a atuação dos empresários Luciano Hang e Carlos Wizard durante a pandemia. Para ele, Wizard atuou como "voluntário" no enfrentamento à COVID-19. "Não é papel desta Casa ser censuradora do papel de voluntários de alguns brasileiros. No caso de Carlos Wizard, de forma reiterada a CPI tenta atacar sua imagem, sua honra e sua atuação. Como cidadão brasileiro, em momentos difíceis da vida nacional ele se colocou como voluntário. Esta CPI, de maneira bastante covarde, procura atacar a honra desse brasileiro. Gastar esse tempo para difamar pessoas que procuram servir ao Brasil não é um bom serviço", disse.

A Belcher foi representante da CanSino entre 19 de abril e 10 de junho de 2021. Após a emissão da carta de intenção pelo Ministério da Saúde, a farmacêutica chinesa revogou unilateralmente as credenciais da

Belcher alegando razões de compliance. Em 28 de junho, em razão do descredenciamento legal da empresa, a Anvisa encerrou o processo em que a Belcher pedia a autorização emergencial do imunizante. O senador Jorginho Mello (PL-SC) lembrou que a Belcher não chegou a vender vacinas ao governo federal. Ele minimizou a relevância do caso para a investigação da CPI. "É mais uma negociação que não aconteceu. É um barulhão danado", declarou ele.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) discordou. Para ela, a CPI conseguiu revelar que empresas privadas atuaram junto com servidores do Ministério da Saúde "para ganhar dinheiro". "É óbvio que tem que ter a participação de **servidores públicos**. Não tem como um processo desses ser tratado sem o conluio de servidores. Eles, sim, têm que estar aqui se explicando. Por que avançaram e deram uma carta à Belcher, concordando com o processo? Esse é um enredo em que primeiro negam a compra de vacinas e depois, quando veem a possibilidade de negócio, com ganância e volúpia, resolvem ganhar dinheiro à custa da dor e da morte de milhares de brasileiros. No banco dos réus, tem que estar o Ministério da Saúde", afirmou Simone Tebet.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Ipea prevê inflação mais alta



GABRIELA CHABALGOITY*

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aumentou para 7,1% a previsão de alta da **inflação** neste ano - acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 5,25%. Em junho, o Ipea previa que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminaria o ano em 5,9%. Uma das razões da revisão é a expectativa de reajustes mais acentuados para a gasolina e a energia elétrica, que provocaram uma elevação da projeção de preços monitorados de 9,5% para 11,0%. A nova previsão coloca o Ipea em linha com as projeções do mercado financeiro, que aposta numa alta de 7,11% do IPCA em 2021, de acordo com o último relatório Focus, do Banco Central. De acordo com o IBGE, o indicador oficial da **inflação** acumula elevação de 8,99%. Mas a pesquisadora Maria Andreia Lameiras, do Grupo de Conjuntura do Ipea, prevê um cenário de desaceleração inflacionária, sobretudo em 2022.

"Essa desaceleração vai vir por conta de uma pressão menor dos preços administrados. Estamos imaginando que tanto combustível quanto energia elétrica não vão pressionar tanto a **inflação** ano que vem, seja por uma manutenção do preço internacional do petróleo, seja por conta do fato de que essa crise hídrica já terá sido, pelo menos, em boa parte, decepada com a volta dos reservatórios e com a queda no uso de energia de termelétricas", explicou. Por outro lado, a especialista diz que o ciclo de aperto de juros, iniciado pelo Banco Central justamente para segurar a **inflação**, vai continuar em 2022. De acordo com ela, no próximo ano, se tudo correr como o esperado, a **inflação** será mais puxada pelos preços livres, especialmente serviços, até mesmo com a retomada da normalidade econômica, com a pandemia sendo controlada pela vacinação em massa. No entanto, o cenário não é isento de riscos.

"Embora, com baixa probabilidade, a gente tem riscos para **inflação** do ano que vem, e esses riscos estão associados a um novo ciclo de alta de commodities. Estamos supondo que as commodities vão ficar estáveis ou crescendo numa velocidade bem menor do que em 2021, mas existe, sim, o risco de que esse movimento de alta mais forte continue. O segundo risco que envolve a **inflação** do ano que vem é o câmbio. Uma eventual depreciação cambial também vai afetar os preços, principalmente dos combustíveis e alimentos", acrescentou Maria Andréia. As taxas projetadas para o IPCA e o INPC, em 2022, são de 4,1% e 3,9%, respectivamente. De forma semelhante ao que acontece com os alimentos, a pressão advinda de matérias primas no mercado internacional, combinada com o aumento da utilização da capacidade instalada na indústria e os estoques abaixo do nível desejado, deve manter os preços dos bens industriais em alta. A projeção de **inflação** desse segmento passou de 4,8% para 6,6%. Já a retomada do setor de serviços gerou uma elevação da **inflação** desse segmento em ritmo maior que o esperado inicialmente, com isso a previsão subiu de 4,0% para 5,0%.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Pacheco quer reforma ampla

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que o Senado é favorável a uma **reforma tributária** ampla e "verdadeira", que simplifique, ajuste e desburocratize o sistema e que permita a retomada de investimentos. Foi uma resposta a uma provocação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que sugeriu, mais cedo, que a responsabilidade pela agenda econômica ter parado no Legislativo era do Senado, e não dos deputados. Pacheco voltou a defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-PA), que unifica **tributos** federais, estaduais e municipais em torno do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS).

Lira defende teto de gastos e acalma mercado

VERA BATISTA

Depois do estresse da semana passada, o mercado financeiro teve ontem um dia de recuperação. Principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo, o Ibovespa fechou com uma expressiva alta, de 2,33%, aos 120.211 pontos, o melhor resultado em duas semanas. No mercado de câmbio, a volta do bom humor se refletiu na cotação do dólar, que despencou 2,23%, cotado a R\$ 5,262 para venda, no final da sessão.

Segundo analistas, sem novas notícias sobre a queda de braço entre Executivo e Judiciário, os investidores deram mais atenção aos comentários tranquilizadores de autoridades sobre o cenário fiscal. O maior impacto positivo foi provocado pela defesa do teto de gastos feita pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Eu não vejo necessidade nem possibilidade de estourar o teto", afirmou Lira, em evento com analistas, ao comentar as dificuldades da polêmica PEC dos Precatórios, que adia o pagamento de dívidas judiciais da União.

Vinda de um expoente do centrão, grupo político associado à expansão de gastos públicos, a declaração colocou o mercado em clima de alta. Por sua vez, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que vinha fazendo alertas sucessivos sobre o risco de desarranjo das contas públicas, afirmou que os dados fiscais estão melhores do que se projetava para o momento.

"Existe um pano de fundo fiscal que é inegavelmente melhor, com uma relação dívida/**PIB** e um deficit primário menores do que se esperava - e grande parte disso não causado pela **inflação**. Por outro lado, também reconheço que houve um ruído de curto prazo", afirmou ele, em participação no mesmo evento.

O ambiente externo, igualmente, ajudou, pelo desempenho positivo das commodities, principalmente do minério de ferro.

Para o economista Cesar Bergo, sócio investidor da Corretora OpenInvest, "o relativo apaziguamento político, mesmo do ponto de vista cênico, é importante". Mas ainda há muita preocupação, afirma, sobre a **reforma tributária**. "A leitura do mercado, depois dos vários discursos otimistas do ministro

Paulo Guedes, é de que haverá um novo desenho do Ministério da Economia para a **reforma tributária** e de que, de alguma forma, ela não continuará esquecida", disse.

Bergo acredita que o ambiente mais propício aos investimentos deve se manter. Ele não aposta, por exemplo, em nova alta do dólar. "Para o final do ano, a expectativa é de a divisa americana se manter a R\$ 5,20. Qualquer coisa acima disso é fruto de estresse político. Não há razão para dólar mais caro, com as exportações aumentando e favorecendo a entrada no país da moeda estrangeira. Enfim, os fatos indicam que esta semana vai ser mais calma que a anterior", destacou.

Pacheco defende a reforma tributária

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO - 10/6/21



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que o Senado é favorável a uma **reforma tributária** ampla e "verdadeira", que simplifique, ajuste e desburocratize o sistema e que permita a retomada de investimentos. Foi uma resposta a uma provocação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que sugeriu, mais cedo, que a responsabilidade pela agenda econômica ter parado no Legislativo era do Senado, e não dos deputados. Pacheco voltou a defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-PA), que unifica **tributos** federais, estaduais e municipais em torno do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). Além disso, o texto estabelece um fundo de compensações para Estados que forem prejudicados com a reforma.

"O Senado tem o desejo de colaborar com a pauta econômica do Ministério da Economia e obviamente é crítico com aquilo que entende que não é adequado. Temos uma pretensão, que é a aprovação de uma **reforma tributária** ampla, através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, relatada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA)", afirmou o senador. "Obviamente respeitamos também os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e vamos entender como essa engrenagem pode funcionar, uma **reforma tributária** que seja verdadeira, que simplifique e ajuste o sistema tributário do Brasil, que desburocratize e permita os investimentos."

O governo, por sua vez, se posicionou contra uma reforma ampla e preferiu fatiar as propostas em quatro ou cinco projetos de lei diferentes e é completamente contra qualquer compensação aos Estados. Dois deles estão na Câmara: um unifica PIS e Cofins e outro traz

mudanças no Imposto de Renda (IR), mas ambos estão parados por falta de acordo entre as lideranças. Lira afirmou que a reforma do Imposto de Renda não irá ao plenário da Casa nesta semana, como era esperado. "Vamos mudar a estratégia, o governo vai entrar, ficou ratificado que uma convergência é necessária", disse Lira para investidores. "Se houver convergência suficiente para votar o texto, votaremos. Não vamos especular nenhuma possibilidade esta semana, vamos conversar com tempo suficiente", acrescentou.

Pacheco disse ainda que o Senado tem compromisso com a agenda econômica e com a **reforma tributária**, "obviamente não subserviente ao governo federal e ao Ministério da Economia, mas tendo seu juízo crítico em relação às demandas que vem do Ministério da Economia para o Congresso". "Não há dúvida de que há uma busca de consenso, inclusive na pauta econômica, fundamental em um momento em que batem à nossa porta **inflação**, desemprego, fome e miséria. É fundamental que estejamos juntos para fazer esse enfrentamento conjunto."

Ele negou ainda que haja conflito entre ele e Lira e disse manter um diálogo franco e próximo com o presidente da Câmara. "Nenhum. É natural que Senado e Câmara tenham divergências em pontos de vista, em apreciação de matérias. É muito normal e respeito muito isso", afirmou.

Mais cedo, em um evento da XP, Lira foi questionado sobre a existência de ruídos entre ele e Pacheco e sobre a dificuldade no avanço de matérias aprovadas pela Câmara no Senado - como a BR do mar, lei cambial e marco das ferrovias, entre outras. Ele disse que o Senado tem autonomia para pautar os projetos que considerar importantes e disse ter uma relação boa com Pacheco, embora tenha dito que "às vezes as questões transcendem a boa relação entre os presidentes, e realmente tem problemas ali no plenário".

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Indefinição política, fiscal e sanitária mantém cenário instável para Bolsa

Isabela Bolzani e Clayton Castelani são paulo

As incertezas sobre as questões políticas e fiscais do Brasil têm trazido uma maior volatilidade para o Ibovespa, principal índice acionário do país.

A expectativa de analistas é que essas indefinições, somadas ao ambiente de juros mais altos, ao noticiário internacional e aos temores sobre a variante delta do coronavírus, continuem a trazer oscilações para a Bolsa brasileira ao longo dos próximos dias.

Diante do cenário, investidores pessoas físicas retiraram R\$ 1,2 bilhão da Bolsa só na semana passada, quando o Ibovespa acumulou queda de 2,59%. Os investidores institucionais terminaram com saldo negativo no período, de R\$ 5,2 bilhões.

As vendas também superaram as compras de ativos entre os clubes de investimentos e as instituições financeiras, que fecharam com saldo negativo de R\$ 190,9 milhões e de R\$ 549,2 milhões, respectivamente.

No total, considerando todos os investidores, o saldo das negociações na Bolsa ainda ficou positivo na semana em R\$ 91,8 milhões -resultado da entrada de R\$ 5,2 bilhões de capital estrangeiro, de R\$ 2,1 bilhões por parte de empresas públicas e privadas e de R\$ 20,3 milhões por outros tipos de investidores que aproveitaram que as ações estavam baratas para ir às compras.

"Ontem [semana passada] era um caos global, e hoje parece que estamos vivendo na Suíça", disse o diretor de renda variável da Veedha Investimentos, Rodrigo Moliterno.

Apesar de continuarem no radar os temores sobre um retrocesso econômico -que tingiram o Ibovespa de vermelho na maior parte da semana passada-, a melhora da sinalização sobre as questões fiscais deu uma nova injeção de ânimo no mercado brasileiro.

Nesta terça-feira (24), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Congresso buscará alternativas para garantir a responsabilidade fiscal em meio ao impasse envolvendo o pagamento de R\$ 89 bilhões em precatórios em 2022 e, apesar de ter reconhecido a

dificuldade em votar o texto do projeto que muda o Imposto de Renda, disse que não é um processo impossível.

Precatórios são dívidas do governo reconhecidas pela Justiça. A afirmação ajudou a Bolsa brasileira a subir 2,33% nesta terça, para 120.210 pontos. O dólar encerrou o dia em queda de 2,23%, a R\$ 5,2610.

"As falas de Lira ajudaram a aliviar a pressão sobre os juros e sobre o dólar, fazendo com que as ações fossem bem no pregão desta terça. Mas, apesar desse alívio em relação às dúvidas sobre o tema fiscal, a volatilidade [na Bolsa] deve continuar porque ainda temos muitas indefinições no país", disse o analista da Terra Investimentos, Régis Chinchila.

O mercado brasileiro também foi beneficiado pelo otimismo global gerado pela aprovação total da vacina contra Covid-19 da Pfizer-BioN-Tech nos Estados Unidos e a valorização de commodities.

"A aprovação final da Pfizer pode aumentar a aceitação da vacina nos Estados Unidos e em outros países", diz Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest "Isso pode significar menor propagação do vírus e é positivo para a economia global", avalia.

"Contratos futuros de minério de ferro tiveram recuperação na China, e isso impulsionou ações da Vale, da Siderúrgica Nacional, da Usiminas, assim como as ações da Gerdau", diz Flávio de Oliveira, head de renda variável da Zahl Investimentos.

Segundo o analista da Clear Corretora, Rafael Ribeiro, os investidores aproveitaram para comprar ações baratas, o que contribuiu para impulsionar o índice.

Entre os destaques positivos, a Vale subiu 3,65%, apoiada na recuperação dos preços do minério de ferro. A Petrobras fechou com elevação de 2,07%, ampliando os ganhos da véspera, em outro dia de alta dos preços do petróleo no mercado, como Brent subindo 3,35%, ante perspectivas mais positivas para a demanda da commodity.

As ações da Gol saltaram 10,97%, em sessão positiva para ações do setor de viagens, mais um reflexo da aprovação da vacina. Azul (7,3%), CVC Brasil (6,38%)

e Embraer (8,13%) acompanharam esse movimento.

As Lojas Americanas avançaram 11,81%, com o clima mais comprador apoiando alguma recuperação, embora ainda acumulem perda de 17% em agosto, na esteira de ajustes relacionados à fusão de determinados ativos da companhia com a antiga B2W, agora chamada Americanas.

"Além de vermos um aumento dos investidores estrangeiros na semana passada, a Bolsa também testou os 6 mil pontos e vimos várias empresas e setores com múltiplos interessantes [mais baratas], o que ofereceu um gatilho de compras", disse Ribeiro.

"Agora resta ver como será a manutenção desse fluxo, que depende de uma redução do ruído político para ajudar no andamento da agenda de reformas", disse o analista.

Os papéis dessas empresas acabaram ficando baratos depois das fortes quedas vistas entre 16 e 20 de agosto, quando o Ibovespa inverteu o sinal positivo que vinha carregando e acumulou uma perda de 0,81% no ano até a sexta (20). Na semana passada, o índice acumulou perda de 2,59%.

Com a alta desta terça-feira, a Bolsa passou a acumular ganhos de 1% em 2021.

"Tivemos uma maior percepção de risco na semana passada, principalmente pelas questões políticas, econômicas e fiscais no Brasil, que acabaram deixando os investidores locais preocupados. Sem uma definição clara e com o aumento dos juros no mercado interno, houve uma saída de capital", afirmou Chinchila.

Além da instabilidade doméstica, parte da explicação para o tombo da Bolsa veio do receio de uma diminuição do ritmo de recuperação econômica no mundo, que ganhou força depois que as duas maiores potências mundiais (EUA e China) trouxeram dados fracos de consumo, vendas e produção.

Outro ponto de atenção entre os investidores é a manutenção dos estímulos monetários por parte do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e o simpósio anual que esse órgão fará ainda nesta semana.

Há ainda outras pautas no radar dos investidores, como a **reforma tributária** e uma maior tendência de alta da taxa básica Selic por parte do Banco Central, como forma de tentar conter os avanços da inflação no país.

O banco Original, por exemplo já espera que a taxa,

hoje em 5,25% ao ano, feche 2021 a 8% "diante da percepção de mais riscos inflacionários para o ano que vem e do "compromisso inequívoco" do BC com a convergência das expectativas para a meta no horizonte relevante de política monetária, escreveu em relatório.

A crise política gerada por Jair Bolsonaro, que tem colocado em descrédito o processo eleitoral e confrontado ministros do STF, continua a pesar na percepção do investidor.

"Mas acredito que toda essa incerteza no cenário doméstico possa dar uma acalmada agora no início de setembro, com uma conciliação para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Isso deve pelo menos levar um desfecho final à questão fiscal", completou o executivo.

Tento fazer o mercado olhar além do ruído fiscal, diz Campos Neto

Após seguidos alertas sobre os efeitos do risco de desajuste das contas públicas nas expectativas de **inflação**, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, amenizou o tom e afirmou que tem tentado fazer com que o mercado olhe além do ruído fiscal.

Segundo ele, os números mostram que a situação das contas públicas do país é melhor do que as expectativas dos agentes econômicos.

"Tentei chamar a atenção para que os agentes de mercado olhem além do ruído [fiscal], que de fato mostra que o pano de fundo está melhor. Foi isso que tentei fazer nas últimas falas", argumentou em evento promovido pela XP nesta terça-feira (24).

Em suas falas anteriores, o presidente do BC alertou sobre os efeitos dos ruídos fiscais nos principais indicadores econômicos, como as expectativas de **inflação** e nas projeções para o **PIB** de 2022.

"A gente vê claramente quando vemos dados de tempo real que notícias que passaram essa percepção [de piora fiscal] para o mercado tiveram grande influência no preço. Hoje [terça] mesmo presidente da Câmara [Arthur Lira] fez um discurso muito duro em relação à disciplina fiscal e vimos o efeito nos mercados. Então mostra de fato uma sensibilidade ao tema, não é uma opinião do BC."

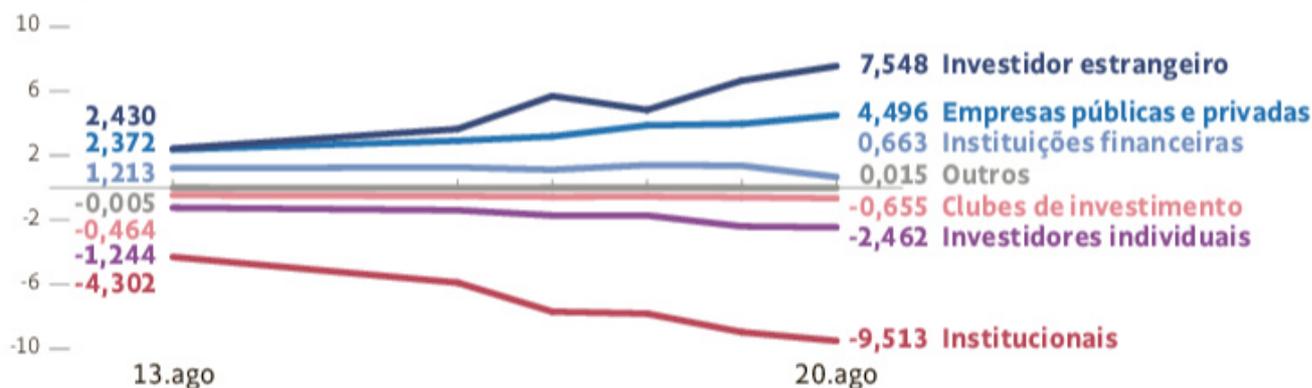
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49648>

Participação dos investidores no volume total da Bolsa

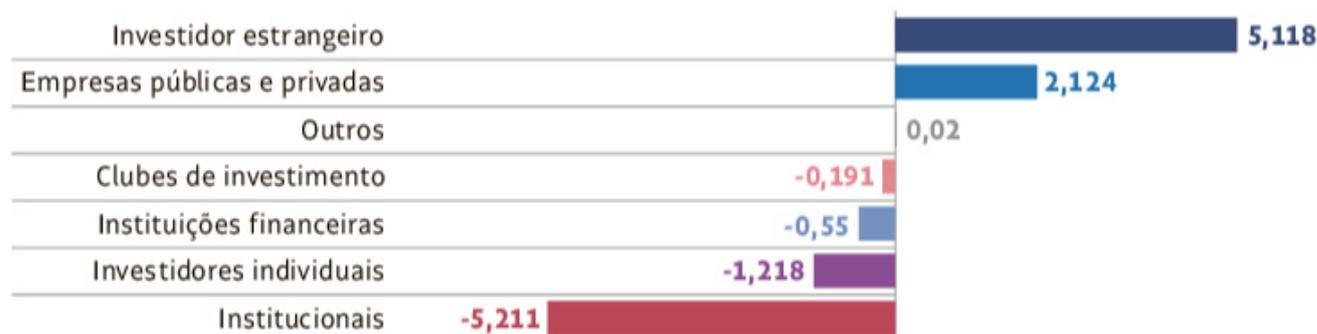
Saldo no período

Por tipo de investidor, em R\$ bilhões*



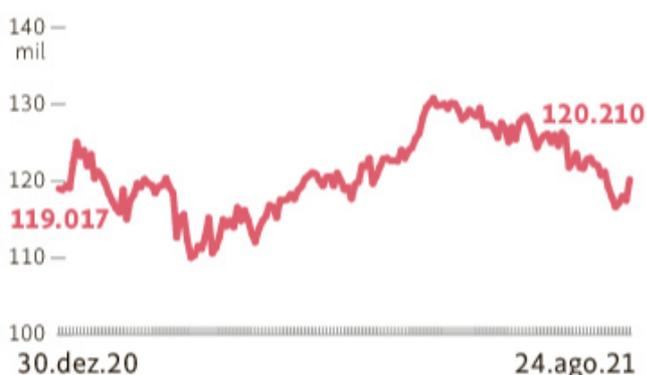
Saldo da semana**

Por tipo de investidor, em R\$ bilhões

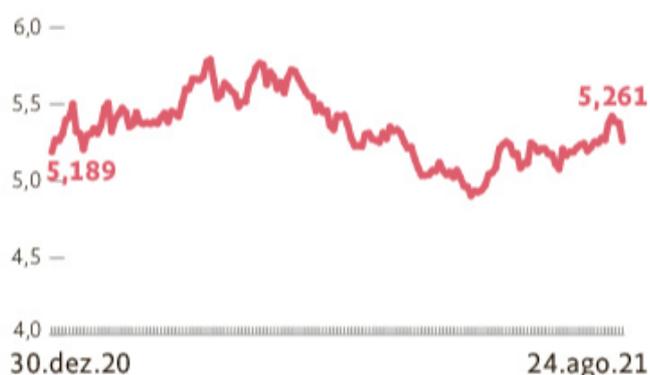


Variação da Bolsa e do dólar no ano

Cotação do Ibovespa, em pontos



Cotação do dólar comercial, em R\$



*Participação dos investidores no volume total do Segmento Bovespa
Fonte: Terra Investimentos, CMA e Bloomberg

**Saldo comparativo entre os dias 20 e 13.ago

Lira busca oposição por IR, e estados insistem em reforma mais abrangente



Danielle Brant, Fábio Pupo e Marianna Holanda Brasília

Depois de bloquear qualquer negociação entre o ministro Paulo Guedes (Economia) e a oposição, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), buscou os partidos de esquerda para tentar chegar a um acordo que viabilize o projeto que muda o Imposto de Renda.

A ideia é negociar um dos pontos defendidos pelas duas partes: a taxaço de dividendos. Em evento da XP Investimentos na manhã desta terça-feira (24), Lira disse que o texto não seria votado nesta semana e informou ter mudado de estratégia com o objetivo de aprovar a proposta.

"Estamos conversando com quem tem interesse em aprovar dividendos no Brasil", disse, acrescentando que também negocia com estados e municípios. "No Brasil, taxar dividendos talvez seja a coisa mais difícil do mundo. Não é uma discussão fácil."

Inicialmente, os partidos de esquerda defendiam uma alíquota progressiva para taxaço de dividendos. Com isso, empresas com lucro menor seriam menos tributadas. No entanto, algumas legendas passaram a concordar com a alíquota única de 20%.

"A ideia inicial era uma alíquota progressiva, mas cada um tem a sua própria proposta. A alíquota única simplifica e permite taxar dividendos. Por isso, o PDT

está apoiando", afirma o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE).

Segundo ele, as discussões com o presidente da Câmara buscam, entre outras coisas, encontrar pontos em comum para equilibrar as perdas que estados e municípios calculam sofrer com o texto do relator Celso Sabino (PSDB-PA).

Até o momento, segundo parlamentares que acompanham as discussões, a perda estimada para os entes federados já teria recuado de R\$ 16 bilhões para R\$ 6 bilhões.

Os estados, por sua vez, ainda calculam uma perda de R\$ 14 bilhões para eles e municípios, mas cerca de metade disso é vista como justificável por parte dos entes (porque se refere a perdas com a atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física).

No evento da XF, Lira sinalizou apoio à tentativa de reduzir a faixa de isenção para a taxaço de dividendos -na proposta, contam com o benefício as que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

"Não há como você dizer que não há uma pejetização escondida no Brasil, que isso não é uma válvula de escape", disse. Ele traço paralelo entre o caso de um médico que fature R\$ 400 mil por mês e que estaria isento da tributação de dividendos -parte do lucro distribuída a acionistas- e o de um assalariado que receba R\$ 6.000 e precise pagar 27,5% de Imposto de Renda.

Benevides Filho afirma que a discussão caminha para reduzir essa isenção. "A gente pode encontrar mais uma fonte de recursos e diminuir esse valor. Tem que trabalhar o texto", afirmou o deputado.

"Estamos tentando encontrar um denominador comum, que seja bom para melhorar a justiça fiscal brasileira."

Líder do PSB na Câmara, o deputado Danilo Cabral (PE) afirmou que a pauta da **reforma tributária** avanço.

"Nós temos questões importantes que estão sendo contempladas, como a mudança na tabela do IR, ampliando as faixas de isenção. A taxaço de lucros e

dividendos, contemplando inclusive uma proposta da bancada do próprio PSB, é uma bandeira histórica das esquerdas."

Ele afirmou, porém, que há incertezas a serem esclarecidas sobre a possibilidade de perdas de recursos por estados e municípios em razão das alterações na tabela do IR e da pessoa jurídica. " É importante que essas dúvidas sejam dirimidas para que a gente avance num consenso, se é que é possível, em tomo da proposta que foi apresentada."

Desde a semana passada, a equipe econômica tem afirmado que a reforma no IR depende de um acerto na área política. O time de Guedes aguarda a viabilidade de um texto enquanto o Palácio do Planalto participa das negociações.

Conforme mostrou a Folha, Guedes chegou a ensaiar retirar o projeto em meio às preocupações com o futuro do texto. Mas o movimento causou a reação de Lira, que quer ver a proposta aprovada.

Lira, no entanto, foi avisado por auxiliares palacianos de que, se o projeto mudar mais, o governo não terá como apoiá-lo e que o projeto poderia ser de fato retirado do Congresso.

No final de semana, interlocutores do Planalto discutiram a possibilidade de textos alternativos, mas a conclusão é que o relatório de Sabino já está no limite.

Se mexer mais, por meio de PECs para estados e municípios, a reforma ficará onerosa demais para a União.

Nesta terça-feira, Guedes recebeu representantes do Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda). Eles pedem que a reforma no IR não retire recursos do FPE (Fundo de Participação dos Estados) -consequência decorrente do mais recente substitutivo em discussão.

"Manifestamos que nossa preocupação com a reforma do IR é a manutenção do FPE, tem que haver a compensação. Qual o mecanismo [para atingir essa meta] é indiferente", afirmou Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz.

Para os secretários estaduais de Fazenda, no entanto, o grande objetivo é fazer uma **reforma tributária** mais abrangente. Hoje, o caminho mais viável para essa estratégia é a PEC no (que tramita no Senado e funde **tributos** federais, o estadual ICMS e o municipal ISS).

Eles mudaram a proposta de modo que não haja mais um fundo abastecido pela União -o que era a principal crítica de Guedes nas discussões. O IVA Dual teria

agora uma parte dos recursos destinados a estados e municípios e outra parte ao governo federal, eliminando também a necessidade de um conselho tripartite para gerir os recursos.

"Eu diria que a probabilidade de um acordo nunca foi tão alta quanto agora", diz Décio Padilha, secretário de Fazenda de Pernambuco que participou das reuniões desta terça. A proposta também foi alinhada no fim da tarde com o senador Roberto Rocha (PDSB-MA), que deve apresentar um relatório sobre a reforma ampla ainda nesta semana.

Guedes rechaça a reforma ampla, mas sinalizou na semana passada que pode entregar uma proposta em 30 ou 60 dias desde que não envolva mais repasses da União para estados e prefeitos e outras condições.

As discussões prosseguem enquanto, na iniciativa privada, mais de 60 entidades se posicionam de forma contrária à pressa observada na tramitação do projeto de Imposto de Renda. Entre elas, estão a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), a Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviços), a CNS (Confederação Nacional de Serviços), o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira).

Elas reclamam de falta de transparência, de interdição do debate e de aumento da carga tributária.

"É inoportuna a apreciação de forma açodada, sem debates nas comissões permanentes, em que especialistas poderiam expor seu entendimento, e com votação em um plenário virtual, de um projeto que altera profundamente a bem-sucedida estrutura de Imposto de Renda brasileiro", afirmam em manifesto.

PACHECO DIZ QUE SENADO NÃO SERÁ SUBSERVIENTE AO GOVERNO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

De acordo com Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente da Casa, senadores têm o desejo de colaborar com a pauta econômica do Ministério da Economia, mas farão críticas ao que entendem não ser adequado. "Em matéria de **reforma tributária** e todos os outros temas relativos à agenda econômica, o Senado tem absoluto compromisso com isso, obviamente não subserviente ao governo federal, mas tendo o seu juízo crítico em relação às demandas que vêm do Ministério da Economia", afirmou. Mais cedo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cobrou do Senado posicionamento em relação aos projetos aprovados na Câmara que ainda aguardam análise dos senadores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

48

Governo já avalia 'plano B' para novo Bolsa Família



Idiana Tomazelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Sem consenso para aprovar a reforma do Imposto de Renda que daria as bases fiscais para a ampliação do gasto com o Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil, o governo busca alternativas para cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para tirar o novo programa social do papel. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a fonte de custeio para os gastos pode sair do plano de revisão de subsídios tributários que a equipe econômica precisa apresentar ao Congresso no próximo mês.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que uma medida de aumento permanente de despesa (como a ampliação do Bolsa Família) precisa vir acompanhada de uma fonte de custeio, uma receita também duradoura capaz de financiar o gasto.

Essa é uma exigência técnica diferente do impasse que envolve o teto de gastos, uma regra focada nas despesas e que limita seu crescimento à **inflação**.

Nessa frente, o governo também enfrenta dificuldades, devido ao crescimento das dívidas judiciais a serem pagas em 2022, e já trabalha em um "plano B" para tirar parte ou toda despesa com esses débitos do alcance do teto, como mostrou o Estadão/Broadcast.

Como fonte de receitas para o custeio do Auxílio Brasil, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, listou a tributação sobre lucros e dividendos distribuídos à pessoa física, entre outras mudanças propostas na reforma do Imposto de Renda. O objetivo original era aprovar as alterações e, assim, ter a fonte de recursos necessária para o programa social.

A reforma do IR, porém, começa a fazer água no Congresso Nacional. Mergulhada em desacertos entre diferentes grupos de interesse, a proposta já teve a

votação adiada pelo menos três vezes. Governadores reclamam da perda de arrecadação, e empresários protestam contra a tributação de lucros e dividendos e a queda menor que a esperada no IRPJ. Nesta semana, havia expectativa de nova tentativa de votar o texto, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), já sinalizou que nem isso vai acontecer.

Nos bastidores do governo, a avaliação é de que Guedes é um dos únicos que ainda insistem na **reforma tributária**, enquanto o diagnóstico político é de que "não tem como prosperar".

Por isso, diferentes áreas do governo têm discutido qual seria o "plano B" do lado das receitas para bancar o Auxílio Brasil.

Uma emenda constitucional aprovada em março para destravar a nova rodada do auxílio emergencial previu a necessidade de o governo apresentar um plano para reduzir subsídios à metade num período de oito anos. Um primeiro corte de 10% precisa ser implementado ainda este ano.

A ideia em discussão é usar esse plano, que já teria de ser enviado de qualquer maneira pela equipe econômica, para conseguir as novas fontes de receita necessárias ao programa social. Quando um subsídio é cortado ou reduzido, é como se o governo tivesse uma nova fonte permanente de arrecadação.

Mesmo com essa "carta na manga", integrantes do governo reconhecem que ainda não há uma "coordenação tão perfeita" das soluções para viabilizar o Auxílio Brasil. Há quem mantenha certo ceticismo em relação à aprovação das leis que reverterão esses incentivos, dado que muitos setores beneficiados por essas políticas têm forte poder de pressão no Congresso Nacional. Por isso, não se descarta uma opção mais extrema, de aprovar uma exceção ao Auxílio Brasil para que ele seja lançado sem a necessidade da compensação da LRF.

Ontem, a ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, já sinalizou que o novo programa social a ser criado "não está atrelado à cobrança de imposto sobre dividendos".

Ela também confirmou, em evento promovido pela XP,

que o governo mantém conversas com parlamentares para mudar a PEC dos precatórios, enviada pelo governo para parcelar as dívidas judiciais e resolver o problema pelo lado da despesa.

Lira se encontrou ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para buscar alternativas para o pagamento das dívidas sem o estouro do teto.

Um integrante da ala política afirma que uma certeza é a "decisão de governo" de ampliar a política social, sobretudo depois de a pandemia ter agravado carências na população. Cálculos internos apontam que o Auxílio Brasil deve ter um tíquete médio próximo a R\$ 300 e custar de R\$ 60 bilhões ao ano.

Cenário

R\$ 30 bi de estouro nos precatórios em 2022 são o valor aproximado que o governo esperava ter a mais para o programa Auxílio Brasil

DILEMA FISCAL

I O impasse Para sair do papel, o Auxílio Brasil depende da resolução de outros impasses no Orçamento.

I Pelo lado das despesas O governo precisa ter espaço no teto de gastos. Com o salto nas dívidas judiciais a serem pagas em 2022, calculadas em R\$ 89,1 bilhões, a folga foi consumida.

I A solução Equipe do ministro Paulo Guedes encaminhou uma PEC para parcelar o pagamento dessas dívidas judiciais, chamadas de precatórios, em 10 anos. Essa medida, porém, enfrenta forte resistência dos parlamentares e também do mercado financeiro, onde há quem tenha comprado os direitos de recebimento desses valores.

I O plano B Após consultas ao Congresso, ministros já discutem alternativas para a despesa com precatórios, como excluir os cerca de R\$ 30 bilhões de "crescimento surpresa" do teto de gastos, ou retirar do limite todo o gasto com dívidas judiciais.

I Pelo lado das receitas A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que medida de aumento permanente de despesa (como a ampliação do programa social) precisa vir acompanhada de uma fonte de custeio - uma receita capaz de financiar o gasto.

I A solução Equipe do ministro Paulo Guedes quer atrelar o aumento do gasto social à tributação de lucros e dividendos distribuídos à pessoa física. A medida foi incluída na reforma do Imposto de Renda,

mas a proposta está cercada por polêmicas e travou na Câmara dos Deputados.

I O plano B Revisar subsídios tributários. Em setembro, o governo já teria que enviar um plano de revisão desses incentivos, exigido pela emenda constitucional 109. A alta da arrecadação obtida com a reversão de alguns subsídios pode ser usada como fonte de custeio para o Auxílio Brasil.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pressionada, reforma do IR passa por "arrumação"

**MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA, FERNANDA
TRISOTTO E EVANDRO ÉBOLI**
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Debate sobre IVA dual avança entre União e Estados

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Lira adia em pelo menos mais uma semana votação da reforma do IR

Carolina Freitas, Raphael Di Cunto e Renan Truffi

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Com gasolina em alta, ICMS vai baixar



CIBELE MOREIRA

Com muitos trabalhadores saindo do home office e o valor médio da gasolina a R\$ 6,699 no Distrito Federal, o orçamento familiar tem ficado mais curto para quem se locomove pela cidade com automóvel próprio. Para mitigar um pouco esse efeito, o Governo do Distrito Federal (GDF) encaminhou à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) um projeto de lei que visa baixar em 3% o ICMS incidente sobre os combustíveis no Distrito Federal ao longo dos próximos três anos. A proposta visa reduzir 1% dos **tributos** cobrados por ano. O texto assinado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) foi encaminhado aos distritais ontem.

Na última segunda-feira, o chefe do Executivo local argumentou, durante o encontro de governadores, que a alta no preço dos combustíveis não é culpa dos estados, mas da crise política e dos reajustes da Petrobras. A política da estatal, atualmente, permite a revisão dos preços de acordo com as variações verificadas no mercado internacional.

O economista Roberto Bocaccio Piscitelli explica que, na prática, caso a proposta do governo seja aprovada, os brasilienses vão sentir uma diferença de R\$ 0,06

em 2022, levando em consideração o valor do litro gasolina atual. "Em um tanque de 50 litros, isso significaria uma economia de R\$ 156 ao ano", aponta Roberto. "É um valor pequeno, mas que tem um impacto positivo se olhar em um panorama. Tudo vai depender da combinação do preço internacional do petróleo e do câmbio (variação do dólar)", pontua o professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), apenas em 2021, houve uma alta de 37% no preço da gasolina. Foram 13 aumentos em sete meses, impulsionados pelo valor repassado às refinarias pela Petrobras, além do impacto com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação (ICMS).

Comportamento

A alta no preço do combustível tem impulsionado, cada vez mais, os brasilienses a utilizar o transporte público ou viagens por aplicativo. A mudança de comportamento, em uma cidade que historicamente tem um fluxo alto de veículos por dia, tem refletido nos últimos meses.

Esse foi o caminho encontrado por José Luiz Mendes, 52 anos, de volta ao trabalho presencial. Morador de Ceilândia, o analista financeiro conta que é inviável ir para o serviço de carro, mesmo sendo três vezes por semana. "Para chegar ao meu trabalho, pego todo o trânsito em Taguatinga. Então, o custo fica muito mais alto, não vale a pena", ressalta. De acordo com ele, desde o início do ano, notou um aumento de 5% a 10% na despesa com o combustível nas raras saídas com a família. "Sempre que é possível, optamos pelo transporte público", destaca. A alteração no modal trouxe uma economia significativa para José. Em uma análise rápida, ele afirma que gastaria cerca de R\$ 500 para ir trabalhar três vezes na semana utilizando o carro próprio. Com quatro viagens por dia, entre ônibus e metrô, ele gasta R\$ 128 por mês.

Renda

Para o motorista de transporte por aplicativo, Nilton Dourado, 45, essa mudança na cobrança do imposto trará um pouco de respiro para quem depende da gasolina para garantir a renda. "Trabalho com transporte por aplicativo há cinco anos, e olha, está difícil. Hoje, não dá para ter lucro com as corridas

como antes. Muitos colegas de profissão estão desistindo de rodar, por não dar conta (de manter os carros)", relata Nilton. O morador de Ceilândia passou a fazer uma dinâmica diferente nos últimos meses. "Agora, eu defino o destino da viagem. Como eu tenho outro emprego, utilizo a corrida no aplicativo para vir para o Plano de Ceilândia. Dessa forma, eu pego passageiro com destino à Rodoviária e acabo dividindo o valor da gasolina com o cliente. Faço isso também no trajeto de volta para casa", conta.

O presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Roberto Tavares, ressalta que a proposta para a redução do ICMS foi impulsionado por uma pressão do próprio sindicato ao governo. "Levamos essa discussão para o Executivo local, que, agora, me parece que será atendida. Quanto mais a gasolina sobe, em relação ao preço repassado pela Petrobras, mais o ICMS aumenta", afirma.

Motociclista, Manuel de Azevedo Uchôa, 44, conta que se não precisasse da moto para trabalhar, com certeza ele utilizaria o transporte público para chegar ao trabalho. Morador da Cidade Ocidental, ele lembra que, no ano passado, para encher o tanque, gastava menos de R\$ 100, o que é impossível com o preço praticado agora. "Se eu coloco combustível hoje, daqui a três dias, tenho que colocar de novo", desabafa.

Teto de gastos terá o maior teste em 2022



ROSANA HESSEL

A regra do teto de gastos vai ser colocada à prova no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2022, que está sendo finalizado pela equipe econômica e deve ser enviado ao Congresso até o próximo dia 31. Nos ministérios, a certeza é de que, a exemplo do Orçamento deste ano, haverá redução, condicionamento ou até mesmo corte de gastos, para que o Ministério da Economia consiga fechar os números da peça orçamentária sem estourar a emenda constitucional que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior. Para um ano eleitoral, quando a pressão por recursos é, geralmente, maior, o cenário é desafiador.

Procuradas, as pastas que tradicionalmente contam com maiores volumes de recursos evitaram comentar sobre os cortes que devem ocorrer. No caso da Saúde, por exemplo, a previsão de R\$ 134 bilhões para o ano que vem será menor do que os R\$ 180,5 bilhões autorizados neste exercício. Com a **inflação** deste ano disparando e as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2022 encolhendo, a certeza é de que a frustração ocorrerá tanto no lado da receita quanto da despesa. Portanto, qualquer estimativa que o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviar ao Congresso será fictícia, porque os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estão desatualizados. O salário mínimo, por exemplo, que corrige cerca de 70% das despesas obrigatórias, está previsto em R\$ 1.147, um valor subestimado, o que deve implicar gasto extra de, pelo menos, R\$ 41 bilhões. Já as receitas, com uma previsão de crescimento de 2,5% do **PIB**, estão superestimadas em meio à derrocada das previsões do mercado, que devem convergir para algo em torno de 1,5%.

Algumas despesas, como as do novo Bolsa Família

prometido pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), não deverão ser incluídas na proposta orçamentária que será enviada ao Legislativo, porque o governo precisará usar a folga que teria para o teto de gastos com o pagamento dos precatórios - dívidas judiciais da União, cuja previsão saltou de R\$ 54,7 bilhões, neste ano, para R\$ 89,1 bilhões, no ano que vem. Outras despesas não cabem no Orçamento do jeito em que está, como o reajuste de servidores prometido por Bolsonaro no ano que vem, algo em torno de R\$ 16 bilhões; as emendas do relator-geral, que somaram quase R\$ 20 bilhões neste ano; e o reajuste de 50% do Bolsa Família, que pode custar cerca de R\$ 30 bilhões além dos R\$ 35 bilhões previstos para o programa. A folga do teto, de R\$ 30,4 bilhões, conforme as últimas estimativas do Tesouro Nacional, está encolhendo e deve ser menor do que R\$ 20 bilhões segundo especialistas, não comportando essas despesas extras.

Vale lembrar que os precatórios precisarão ser pagos integralmente se Guedes não conseguir emplacar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que parcela essas dívidas por 10 anos. A PEC ainda nem tem relator.

"Os problemas do governo para fechar o Orçamento de 2022 sem romper o teto, mostram que a regra está cumprindo a sua função, pois força uma discussão sobre essa restrição orçamentária. Estamos voltando à mesma discussão de 2020, mas com problemas distintos. Antes, era a pandemia; agora, o novo Bolsa Família", avaliou o especialista em contas públicas Fabio Klein, da Tendências Consultoria.

"Um programa de transferência de renda robusto não cabe no teto, e os precatórios não são um elemento novo para justificar uma mudança na Constituição que vai aumentar a dívida futura. A solução é péssima", afirmou Klein.

A economista Juliana Inhasz, professora do Insper, também demonstrou preocupação com a forma como o ministro Paulo Guedes vem defendendo a PEC dos precatórios para abrir espaço para o novo Bolsa Família. "Eles não podem dizer que foram pegos de surpresa com o aumento dos precatórios e, assim, como o Orçamento deste ano, a negociação com o Congresso vai ser custosa", alertou. Gil Castello Branco, secretário-geral da Organização Contas Abertas, também critica o volume de emendas do relator que deverão ser moeda de troca do governo com o centrão. "Vamos ver como é que o governo vai

conseguir gastar em programas eleitoreiros e ainda negociar um Orçamento sem recursos. Será como fazer um omelete vegano", disse.

"Os problemas do governo para fechar o Orçamento de 2022 sem romper o teto mostram que a regra está cumprindo a sua função, pois força uma discussão sobre essa restrição orçamentária. Estamos voltando à discussão de 2020, mas, antes, era a pandemia; agora, o novo Bolsa Família" Fabio Klein, da Tendências consultoria

O fracasso Bolsonaro (Editorial)

Decorridos dois terços do governo Jair Bolsonaro, o saldo é um fracasso inegável e, tudo indica, irreversível. Não se vê em Brasília pensamento, liderança ou mera disposição para levar adiante uma agenda que permita ao país chegar ao final de 2022 em condições melhores que as herdadas pelo mandatário.

O principal feito do período, a reforma da Previdência, deveu-se muito mais à iniciativa do Congresso e aos estudos e negociações de anos anteriores. Seus primeiros efeitos benéficos para as finanças públicas e a economia, de todo modo, foram solapados pelo impacto dos gastos com a Covid-19.

A atividade -indústria, serviços, consumo, investimento- mal se recupera da derrocada pandêmica e, pelas projeções mais consensuais, retomará o padrão anterior de quase estagnação. Desemprego e pobreza voltaram a se elevar.

Se a área econômica preserva o que resta de racionalidade na administração, sua credibilidade desabou. Promessas de privatização e reformas ficaram pelo caminho; a **inflação** subiu a níveis inquietantes; encaminha-se a irresponsabilidade orçamentária no ano eleitoral.

A calamidade sanitária seria um atenuante -se não fosse a demonstração maior da incompetência e do descaso desumano de Bolsonaro. Toda a parolagem do presidente e de seus seguidores fanáticos não encobrirá o fato de que o Brasil amarga a maior taxa de mortes por milhão de habitantes entre os países do G20.

Uma coletânea de indicadores publicada pela Folha mostra que retrocessos predominam nas diversas áreas do governo, notadamente Educação, Saúde e Meio Ambiente. É evidente que nem todas as pioras derivam apenas de medidas tomadas a partir de 2019, mas o peso da gestão ruínosa dessas pastas prioritárias é indelével.

Não houve nova política, muito menos combate à corrupção. O centrão ganhou protagonismo inédito, a Procuradoria-Geral perdeu em autonomia e a Polícia Federal teve dirigentes trocados ao sabor das preocupações do Planalto com aliados e familiares.

Bolsonaro nem mesmo consegue fazer avançar - felizmente- sua pauta ideológica, salvo por alguns decretos de legalidade questionada em favor do

acesso a armas de fogo. Não consegue porque se trata de propostas de escasso apelo na sociedade e, mais ainda, porque o presidente se mostra uma negação nas tarefas essenciais de dialogar, convencer e negociar.

O malogro de seu governo se deve ao despreparo e à indolência, não a sabotagens e conspirações imaginárias. A perspectiva de derrota nas urnas, que desencadeou toda a atual gritaria golpista, decorre tão somente da constatação do óbvio pelo eleitorado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49648>

Governo vê situação pior e reforça medidas para garantir energia



Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO

O CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) apontou nesta terça-feira (24) que houve "relevante piora" nas condições do setor elétrico e decidiu propor novas medidas para garantir o suprimento de energia no país.

Entre elas, estão a flexibilização das restrições operativas na bacia do rio São Francisco e a redução de cotas mínimas em outras bacias, para uso dos estoques energéticos que vinham sendo poupados.

"A exemplo do verificado nos últimos meses, predomina a degradação dos cenários observados e prospecções futuras, com relevante piora, fazendo-se imprescindível a adoção de todas as medidas em andamento e propostas, destacadamente a alocação dos recursos energéticos adicionais e flexibilizações de restrições hidráulicas", disse o comitê.

A flexibilização de restrições do São Francisco, diz, tem o objetivo de garantir recursos energéticos adicionais para assegurar as condições de suprimento minimizando a degradação dos reservatórios das hidrelétricas das regiões Sul e Sudeste.

"Ademais, foram também discutidos aspectos relacionados a flexibilizações operativas hoje estabelecidas relacionadas a níveis mínimos de

armazenamento de usinas hidrelétricas, e o CMSE indicou a necessidade de uso dos estoques hídricos armazenados", diz o comitê, em nota.

O texto, porém, não identifica quais seriam as hidrelétricas que terão os estoques consumidos. A pouca transparência em relação às medidas de enfrentamento à crise é alvo de críticas do mercado, que prega maior clareza sobre a real situação do setor elétrico.

As propostas serão avaliadas pela Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética), grupo liderado pelo MME (Ministério de Minas e Energia) para enfrentar a crise, que se reunirá nesta quarta (25).

Na reunião desta terça, o MME apresentou a proposta de Programa de Incentivo à Redução Voluntária do consumo de energia elétrica para clientes ligados a distribuidoras, que também será avaliada pela Creg.

O engajamento de todos os consumidores é outro alvo de cobrança de especialistas, que veem as medidas anunciadas até agora como insuficientes para garantir o suprimento até o fim do ano e com alto potencial de pressão sobre a conta de luz.

Nesta terça, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) propôs um sistema de bonificação a clientes que economizarem energia por meio de descontos na bandeira tarifária, a taxa extra cobrada sobre a conta de luz para custear as térmicas.

"O racionamento já bate às portas, a gente já vê ele como uma realidade", disse nesta terça o coordenador do programa de Energia e Sustentabilidade do Idec, Claubert Leite. "A demora para assumir a crise tende a piorar as condições para consumidores residenciais no futuro."

Leite argumenta que o modelo de enfrentamento da crise adotado pelo governo amplia a pressão sobre as tarifas, ao lançar mão de térmicas cada vez mais caras para garantir o suprimento. O engajamento do consumidor, diz, reduz essa pressão e ajuda a poupar água nos reservatórios.

"Não há espaço para aumento da geração a custo razoável", afirma -a primeira térmica emergencial

contratada pelo governo, em Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem custo superior a R\$ 2.000 por MWh (megawatt-hora).

A proposta do Idec dá descontos sobre o valor da bandeira tarifária para consumidores que economizarem energia. As metas de economia variam de 5% a 25% sobre o consumo médio de 2020, dependendo do porte do consumidor.

Já aqueles que não cumprissem as metas, teriam uma punição, que ajudaria a compensar as bonificações. Consumidores de baixa renda, com consumo de até 100 kWh por mês, seriam isentos da bandeira, com esse custo transferido ao Tesouro.

"Sabemos que isso pode ter algum custo político, mas a falta de ação vai trazer prejuízos muito maiores para os consumidores", diz ele. "A gente vê cenários de aumento de tarifas de 13% a 16% no ano que vem. Se nada for feito, isso pode ser muito pior"

Além da pressão tarifária, especialistas do ICS (Instituto Clima e Sociedade) acreditam que, sem redução do consumo, o Brasil tende a estender a duração da crise para o ano de 2022.

"A crise não termina em dezembro", diz a consultora do instituto Amanda Ohara. "A situação é grave e não faz mais sentido atacar só pelo lado da oferta. Se a gente não tratar com clareza e transparência necessária, a gente não vai ter o engajamento necessário."

Risco de racionamento é maior que o da delta, diz economista do Itaú

Daniele Madureira

O economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, disse nesta terça-feira (24) que a retomada da economia brasileira corre mais riscos com a ameaça de racionamento de energia do que com o aumento da circulação da variante delta do novo coronavírus no país.

"Até o momento, a variante delta parece sob controle", disse Mesquita, durante apresentação de relatório de Análise de Comportamento de Consumo, relativo ao segundo trimestre de 2021. "Já o risco de racionamento é maior"

Para Mesquita, o Brasil vai sair desta pandemia mais desigual do que entrou. "Estamos observando o aumento do nível do emprego formal. Já o desemprego cresce no mercado informal."

Para 2021, o Itaú projeta um aumento de 5,7% no **PIB**

em comparação a 2020, quando a atividade econômica encolheu 4,1%. Já para 2022 a previsão de crescimento da economia é de 1,5%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49648>

Investimento federal em ciência e tecnologia é o menor em 12 anos

Levantamento da economista Fernanda De Negri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que a União investiu em 2020 em ciência e tecnologia menos recursos do que aplicava em 2009, após um ciclo consistente de ampliação de mais de uma década. O investimento federal no setor no ano passado foi de R\$ 17,2 bilhões, ante R\$ 19 bilhões há doze anos, em valores corrigidos pela **inflação** do período. Os gastos são distribuídos por várias pastas. O corte de verbas cria de problemas pontuais, como a pane da plataforma Lattes - banco de dados com informações de todos os pesquisadores brasileiros, que ficou fora do ar durante duas semanas -, a efeitos no longo prazo, como a fuga de talentos para o exterior e a perda de competitividade da economia. A importância da ciência aumentou com a demanda criada pela pandemia. O governo não se manifestou sobre a destinação de verbas ao setor. METRÓPOLE / PÁG. A18

"Isso vai ter impacto na formação de cientistas e na capacidade de produção de conhecimento no futuro"
FERNANDA DE NEGRI PESQUISADORA DO IPEA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O perigo do 'modo eleição' (Editorial)

Levar a **inflação** à meta de 3,5% em 2022 é a prioridade do Banco Central (BC), prometeu o presidente da instituição, Roberto Campos Neto. Para isso a política monetária será apertada e os juros ficarão mais altos enquanto isso for necessário. O objetivo mais amplo, agora, é garantir o equilíbrio econômico de longo prazo, explicou Campos Neto em webinar promovido pelo Council of Americas.

Também é claro o recado implícito: abandona-se por algum tempo a ideia de estimular a retomada econômica por meio de uma política mais branda. Tentou-se, durante meses, manter esse estímulo e ao mesmo tempo frear a alta de preços. Não deu certo. As pressões inflacionárias foram mais fortes e mais persistentes do que se estimava.

Agora é indispensável, portanto, concentrar a atenção do BC em sua missão mais importante, a busca da estabilidade de preços. Em 2021 o jogo já está perdido. As projeções indicam **inflação** próxima de 7%, bem acima da meta (3,75%) e até do limite de tolerância fixado para este ano, de 5,25%. As estimativas para 2022 têm subido e apontam uma alta de preços em torno de 3,9%, já superior, portanto, à meta oficial (3,5%). Pode-se evitar esse desvio e para isso é preciso trabalhar duramente. Esse esforço já começou.

Passar mensagens é parte importante do trabalho do BC. O sucesso é obtido mais facilmente quando as expectativas do mercado - ou dos mercados - ficam bem ancoradas, como se diz no jargão da política monetária.

Quando esperam **inflação** contida em nível tolerável, empresários e investidores podem planejar e conduzir suas atividades com maior segurança.

Sem temor de preços em disparada, consumidores também contribuem para um ambiente ordenado. Mas o BC é apenas uma das fontes de sinalização.

A formação de expectativas depende também de outros fatores.

Um dos mais importantes é a ação dos políticos, principalmente daqueles com poder para determinar o rumo da política econômica e a evolução das contas públicas. Quando as finanças do governo vão mal e - mais importante - quando há sinais de descontrole, o alarme soa e a formação de preços é afetada. A relevância dos fatores políticos tem sido evidenciada

de forma assustadora no Brasil.

O quadro fiscal - cenário atual e prospectivo das contas públicas - é marcado pela insegurança.

Sem partido e sem suporte programático, o presidente Bolsonaro depende, para seus objetivos, de uma base parlamentar volátil e fisiológica.

Isso afeta a execução do Orçamento corrente, compromete o planejamento orçamentário do ano seguinte, descontrola os gastos e põe em risco os tetos legais das finanças públicas.

Além disso, fórmulas são inventadas para acomodar ações eleitoreiras do chefe de governo, como, por exemplo, a improvisação de um novo Bolsa Família.

Com a economia no "modo eleição", o mercado piora as estimativas das contas públicas, eleva as previsões de juros, aumenta as projeções de **inflação**, reduz as expectativas de crescimento econômico e opera, no dia a dia, com um câmbio sempre mais instável. As preocupações com a campanha eleitoral prematura foram apresentadas por analistas do setor financeiro a diretores do BC em reunião na quarta-feira passada.

No mesmo dia, o professor Affonso Celso Pastore, ex-presidente do BC e hoje consultor, resumiu o cenário num diagnóstico sombrio: a euforia do mercado acabou e a perspectiva geral é muito ruim.

Em pronunciamento recente, o presidente do BC, Campos Neto, falou sobre a dificuldade de conter a **inflação** quando falta confiança na política fiscal. O realismo desse comentário tem sido confirmado, de forma assustadora, nos últimos dias, com a instabilidade na bolsa de valores, as preocupações embutidas na curva de juros, a insegurança cambial, com o dólar muito caro, e a disparada dos preços. Fatores externos também entram nas contas, mas Brasília é de fato a fonte principal de incertezas e temores. Quanto mais duradoura a insegurança, mais demorada é a redução do desemprego e mais prolongado o sacrifício das dezenas de milhões empobrecidos na crise.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Investimento do governo federal em ciência voltou ao nível de 2009, diz estudo



Sem verba. Mesmo tendo entusiasmado Oxford e tirado nota máxima nas avaliações do CNPq, ele não conseguiu uma bolsa

André Shalders / BRASÍLIA

O governo federal investiu no ano passado em ciência e tecnologia menos recursos do que aplicava no setor em 2009. O patamar em 2020 foi de R\$17,2 bilhões, ante R\$ 19 bilhões há 12 anos, em valores corrigidos pela **inflação** do período.

O levantamento é da economista Fernanda De Negri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), obtido pelo Estadão.

O corte de verbas cria desde problemas pontuais, como a pane da plataforma Lattes - banco de dados com informações de todos os pesquisadores brasileiros, que ficou fora do ar duas semanas neste mês - até efeitos no longo prazo, como a perda de competitividade da economia.

Desde o início do ano passado, a importância da ciência aumentou com a demanda criada pela pandemia, que envolve estudos sobre testes, remédios e vacinas contra a covid-19, entre outras iniciativas.

Na gestão Jair Bolsonaro, a falta de dinheiro foi agravada pela retenção de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O bloqueio foi proibido pelo Congresso, mas cerca de R\$ 2,7 bilhões continuam travados.

Segundo o estudo de Fernanda de Negri, o investimento em ciência e tecnologia no governo federal atingiu o pico em 2013. Daquele ano até 2020, os gastos recuaram 37% em termos reais (descontada

a **inflação**).

"Depois de mais de uma década de um ciclo relativamente consistente de ampliação, os investimentos em C T (...) (chegaram) em 2020 a um nível inferior ao observado em 2009", diz. Em 2013, o gasto havia sido de R\$ 27,3 bilhões.

Os gastos estão distribuídos por várias pastas e órgãos públicos: desde o Ministério da Defesa até o da Economia, onde estão alocadas instituições como o próprio Ipea e o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). E nem todos esses órgãos foram atingidos da mesma forma. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) foi uma pasta que concentrou cortes.

Comandada pelo astronauta Marcos Pontes, ela é responsável pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão responsável pelo Lattes e por pagar auxílios a pesquisadores, além do Fundo de Ciência. A Capes, outra agência de fomento à pesquisa, é vinculada ao Ministério da Educação (MEC). "Praticamente toda a pesquisa brasileira realizada em empresas, universidades ou instituições de pesquisa é financiada com os recursos desses três fundos (CNPq, Capes e FNDCT). Mesmo as instituições de pesquisa vinculadas ao MCTI, ou a Fiocruz e a Embrapa, acabam necessitando de recursos adicionais de pesquisa e recorrendo aos editais do FNDCT, bem como a bolsas e formação do CNPq e da CAPES", diz o texto.

Juntas, as três instituições já responderam por 40% de toda a verba para a ciência na União - hoje, a fatia é de 28%. As instituições dispõem hoje do mesmo valor que controlavam no começo dos anos 2000. "O gasto só não caiu mais porque temos essas duas instituições, a Embrapa e a Fiocruz, cujo investimento não caiu tanto. Só que essas duas tratam das pesquisas realizadas por elas próprias. Não dizem respeito à pesquisa dentro das universidades, nas empresas etc", disse Fernanda ao Estadão.

"Obviamente isso tem um impacto muito forte do ponto de vista da formação de cientistas e vai ter um impacto grande na nossa capacidade de produção de conhecimento no futuro", observa a pesquisadora.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Ciência e Tecnologia não se manifestou.

Conta-gotas. Em abril, ao sancionar o Orçamento de 2021, Bolsonaro desrespeitou uma lei complementar aprovada semanas antes pelo Congresso e bloqueou R\$ 5 bilhões do FNDCT. A lei que proíbe o bloqueio de recursos do fundo foi aprovada após intensa pressão da comunidade científica. Até mesmo pesquisas relacionadas à covid-19 foram paralisadas. Agora, o governo sinaliza que liberará os R\$ 2,7 bilhões restantes em breve. Metade deve ir para projetos não reembolsáveis - bolsas de pesquisa e projetos de universidades - e a outra metade, para organizações sociais (OSs) ligadas ao MCTI.

"Eles querem liberar 50% para as OSs do restante que falta, ou seja, 25% do total, e deixar para as universidades e institutos só 25%", diz o ex-deputado e ex-ministro da Ciência e Tecnologia Celso Pansera, hoje coordenador executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP). A fatia destinada às OSs iria para entidades como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), e o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, responsável pelo acelerador de partículas Sirius, em Campinas, entre outras.

"O Brasil de 2021 não cabe no Brasil do início dos anos 2000", diz o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine Ribeiro. "Não só porque cresceu a população do País, mas porque cresceu a população de estudantes universitários, que passou de cerca de 3 milhões para 8 milhões. Então temos muito mais necessidades e muito mais produção hoje." Segundo Ribeiro, a falta de investimento em pesquisa intensifica a "fuga de cérebros". "No Brasil, sempre teve o seguinte: se você consegue emprego numa universidade que pague sua pesquisa, aguenta as piores dificuldades, mas não vai embora.

E agora, as pessoas não estão sequer conseguindo emprego.

Por isso estão partindo", diz.

"Isso significa que a sociedade pagou muita coisa delas, inclusive o mestrado e o doutorado, e a gente entrega esse pessoal pronto, de graça, para países ricos. O que é uma medida muito estúpida, equivocada." Exemplo. Como vários outros pesquisadores, o agrônomo Lucas Cavalcante da Costa, de 30 anos, já teve de lidar com as consequências da falta de financiamento.

Em 2018, ele apresentou projeto à Universidade de

Oxford sobre arroz. A ideia era saber como a planta, alimento-chave da dieta brasileira, reage em um ambiente com alta concentração de gás carbônico. Esta deve ser a realidade global nos próximos anos, com as mudanças climáticas. A pesquisa era parte de seu doutorado na Universidade Federal de Viçosa (MG), e a bolsa seria custeada pelo CNPq.

Seria. Mesmo tendo entusiasmado os pesquisadores britânicos e tirado nota máxima em todos os quesitos avaliados pelo CNPq, Lucas acabou sem o financiamento por falta de verba.

"Meu projeto recebeu a avaliação de "muito bom" e "excelente".

Mas, no parecer final, o CNPq escreveu que o projeto, apesar de meritório, não poderia ser contemplado por restrições orçamentárias. Foi meio frustrante", diz ele. "E ainda tive de explicar aos estrangeiros que não ia acontecer por falta da verba."

I Impacto

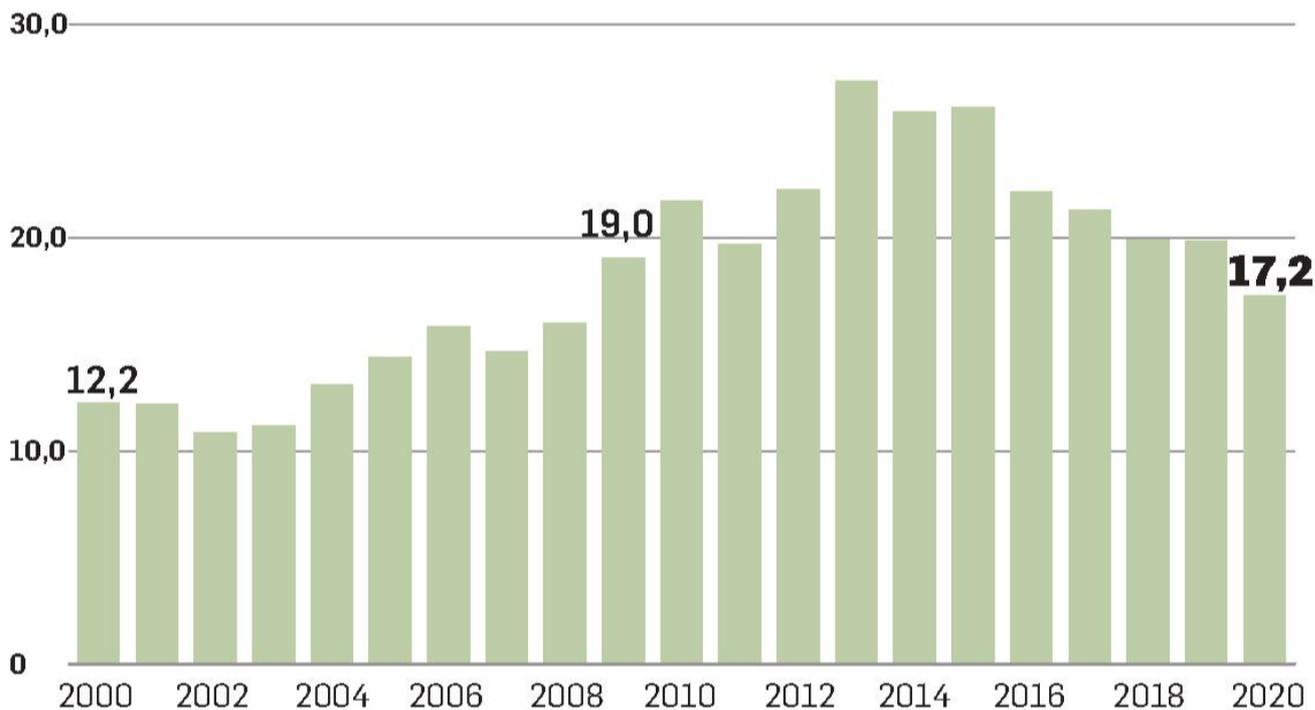
"Se você pegar só os fundos cuja finalidade principal é financiar a pesquisa - como FNDCT, Capes e CNPq - o recurso deles caiu para níveis do início dos anos 2000. Isso tem um impacto muito forte." Fernanda de Negri PESQUISADORA DO IPEA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RECURSOS

● Despesas em Ciência e Tecnologia vêm caindo nos últimos anos

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: DADOS DO SIOP COMPILADOS PELA PESQUISADORA FERNANDA DE NEGRI

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

BC ameniza crítica e fala agora em 'pano de fundo melhor'



Eduardo Rodrigues Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, moderou ontem o tom e passou a ver um "pano de fundo melhor do fiscal".

"Eu tento chamar atenção do mercado para olhar para além do ruído", disse ele, em evento da XP.

O discurso é bem mais ameno do que o feito há duas semanas, quando disse que "é impossível para qualquer Banco Central do mundo fazer um trabalho de segurar as expectativas (de **inflação**) com o fiscal descontrolado".

Ontem, Campos Neto repetiu que os investidores do mercado têm relacionado as propostas do governo - como o parcelamento dos precatórios e a reforma do Imposto de Renda - a uma vontade de se criar um programa social mais robusto. Ele argumentou, porém, que os dados fiscais estão melhores do que se projetava para o momento, como a relação dívida e **PIB** e o rombo previsto para as contas públicas em 2022.

"Os números, de fato, estão melhores do que o mercado toma como verdade. De fato, há uma melhora fiscal associada a uma **inflação** maior, mas há também componentes que não estão associados a isso", disse ele.

Ao defender um "pano de fundo melhor do fiscal", o presidente do BC foi na mesma linha de argumentos do ministro da Economia, Paulo Guedes, que nesta semana afirmou que "nenhum fundamento indica que o País está fora do controle", apesar do "barulho" da

antecipação das eleições.

Analistas do mercado já preveem a **inflação** fechando em 7,11% este ano, bem acima do teto da meta que o BC deveria perseguir, de 5,25%. O centro da meta para o ano é de 3,75%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

Campos Neto repetiu que o BC tem instrumentos para fazer a **inflação** convergir para a meta em "horizonte relevante", embora admita que houve deslocamento entre as expectativas de alta de preços da autoridade monetária e do mercado. Para 2022, o mercado financeiro subiu de 3,90% para 3,93% a estimativa de **inflação**.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para economista, crise energética ameaça mais do que variante Delta

JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br
sAoPAULO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Proporção de pobres sobe em 24 Estados e dispara no NE e SE

Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Inflação alta já afeta projeção para preços administrados em 2023

Alex Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Salário tem em julho maior perda real em um ano

Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186989?page=1§ion=1